



PRECONCEITO NA ÓTICA DOS ADOLESCENTES

Renan Martins Da Conceição Attab¹

Priscila Da Silva Fernandes²

RESUMO

Esse artigo tem por finalidade analisar as diversas formas como os adolescentes compreendem e vivenciam a questão do preconceito dentro da esfera educacional. O foco maior desse trabalho foi direcionado aos significados e sentidos que os adolescentes atribuem aos acontecimentos e/ou ocorrências que envolvem preconceito. Para obtenção dos dados foi elaborado um questionário virtual através da plataforma Google Forms, o qual foi respondido por 9 alunos (convidados) que possuem faixa etária entre 15 e 18 anos e são pertencentes a uma escola da rede da Secretária de Educação do Estado de São Paulo. Para o desenvolvimento da fundamentação teórica foram utilizados os seguintes autores: Aquino (1998), Charlot (2000), Ozella (2002) e Silva (2005). Através da análise das respostas obtidas foram elaborados três eixos norteadores: 1º. preconceitos: tipos e significados; 2º. Demonstrações de preconceito e sentimentos e 3º. ação de inclusão e/ou exclusão na escola: sobre a ótica dos adolescentes. Dentro das respostas enviadas pelos alunos há ambiguidades e adversidades em relação ao processo de identificação e discussão sobre preconceito experimentados na esfera educacional. Assim os resultados demonstram a extrema importância de se desenvolver a temática da diversidade e do preconceito sexual, cotidianamente, dentro da escola.

Palavras-Chaves: Diversidade Sexual, Preconceito, Adolescentes.

INTRODUÇÃO

A expressão “preconceito” tem sua origem fundamentada por um juízo pré-concebido, o qual se manifesta por meio de atitudes discriminatórias ante pessoas, crenças, sentimentos e tendências de comportamento, ou seja, é uma concepção idealizada antecipadamente e que não possui fundamento crítico ou lógico. As pessoas são taxadas de ignorantes quando essas se agarram as próprias ideias pré-concebidas que se transformam em preconceito. Assim, na maioria dos casos, as atitudes preconceituosas são manifestos estruturados por sentimentos como raiva e hostilidade. A personalidade intransigente é uma das características que compõem o preconceito, geralmente essa intransigência faz parte da individualidade de pessoas que são totalmente autoritárias e que acreditam nas regras máxima do respeito à suas ideias pré-

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – attab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br



concebidas, acarretando uma indiferença a qualquer outra ideia que ultrapasse a realidade, a qual consideram “normal”.

Na contemporaneidade, entre as diversas manifestações e formas de preconceito, as que mais se faz presente são as de preconceito social, sexual (sexismo ou homofobia) e racial (racismo). Em relação as atitudes preconceituosas referentes as peculiaridades comuns a grupos, essas somente se caracterizam quando se formalizam no campo da agressividade ou da discriminação. Portanto, o preconceito não é estruturado em um conhecimento argumentativo e racional, mas no domínio da crença de uma base irracional, formulado por ideias pré-concebidas. Contudo, palavras como democracia, diálogo, comunidade, diversidade, inclusão respeito, preconceito, etc., são vocábulos que fazem alusão a interpretações ambíguas, como adverte Larrosa e Skliar (2001, p. 11): “cada uma delas com sua parte de verdade e sua parte de manipulação”. Porém, o sentido e o significado da palavra sofrem uma distinção como apresenta Vygotsky (1993, p. 125): “(...) o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência (...). O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa”. Isso demonstra que a significação das palavras estrutura a consciência individual e ao mesmo tempo constroem o caráter social por meio da esfera interindividual. O surgimento das ideias inclusivas na década de 1990, fizeram com que os termos democracia, comunidade, diálogo, diversidade, inclusão e respeito se tornassem destaque dentro do ambiente escolar, mesmo havendo uma divergência na questão dos sentidos e dos significados, já que esses dependiam de quem os pronunciasse e/ou da forma como eram vivenciados. Assim, no último século ocorre uma progressão e ampliação do universo estudantil como destaca Baptista (2009):

Em nenhum momento histórico precedente essa ampliação assumiu características tão amplas quanto aquelas que emergiram no final do século XX. Além da meta de escolarização de classes populares, fenômeno típico desse recente momento da história humana, passa a ser defendida a meta de que a escola deve atender a todas as crianças, inclusive aquelas consideradas "diferentes", em função de deficiência ou desvantagens várias (BAPTISTA, 2009, p. 7).

Segundo a Constituição Federal (1988, p. 107) em seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Dessa forma, entre as

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – atab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br



diversas esferas sociais existentes dentro do contexto da contemporaneidade, aquela que apresenta o maior desafio em lidar com a diversidade é a esfera educacional, já que essa é composta por uma variedade imensa de indivíduos que se identificam com os inúmeros tipos de gênero. Assim, ao se argumentar as relações entre diferenças, preconceitos e violência no contexto escolar, Salles & Silva (2008) demonstram que:

Nas escolas, os adolescentes e jovens interagem com outros, adolescentes e jovens, que são diferentes deles ou de seu grupo de referência em função, entre outros aspectos, da cor, da sexualidade, da nacionalidade, do corpo, da classe socioeconômica. No espaço escolar essa interação com o diferente, quando não é problematizada, se dá por meio de relações interpessoais pautadas por conflitos, confrontos e violência (SALLES & SILVA, 2008, p. 150).

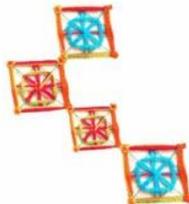
Por isso, é extremamente importante, cada vez mais, o desenvolvimento de novas hipóteses e/ou propostas que geram possibilidades inclusivas e democráticas no ambiente escolar, conforme apontam Salles & Silva (2008, p. 164): “compreender e refletir sobre as formas de construção das identidades, das diferenças e preconceitos e como esses elementos estão presentes nas relações cotidianas na escola”.

ADOLESCENTES E SEUS PRECONCEITOS

Quando se pensa na adolescência, tem que se ter em mente que esse tema se torna uma construção cultural, quando está firmado em uma abordagem sócio-histórica de psicologia. Para Ozella (2002, p. 21), a puberdade “é um momento significado e interpretado pelo homem. Há marcas que a sociedade destaca e significa. Mudanças no corpo e desenvolvimento cognitivo são marcas que a sociedade destacou”. Isso demonstra que, a fase da adolescência não se processa com as mesmas peculiaridades que compõem as diversas classes sociais, mesmo essas fazendo parte de uma única sociedade. Assim, as múltiplas influências (família, escola, amigos, mídia, etc.) que fundamentam e estruturam a vida da juventude são as responsáveis por forjarem essas identidades. Contudo, na visão da psicologia a adolescência está conectada aos estigmas e estereótipos, desde que Stanley Hall a identificou como uma etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade (Ozella, 2002), ou seja, o resultado da visão estereotipada da adolescência realiza o que se denomina de produção de corpos identitários, no qual se estabelece os padrões atitudinais que

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – atab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br



repercutem como estereótipos sobre o adolescente como o termo “aborrecente”. Entretanto, a construção das diversificadas subjetividades tem sua origem por meio do modelo social imposto nos diferentes espaços-tempos de convivência dos adolescentes. Nessa perspectiva, a escola é reconhecida como um dos espaços mais privilegiados que estimulam esse tipo de construção, já que o espaço educacional é o reflexo do cenário perfeito da existência das diversas problemáticas relacionadas a adolescência de hoje, como as questões de sexualidade, de regras e normas impostas pela escola, de valores, etc., as quais na maioria das vezes são questionadas pelos adolescentes.

Um dos pontos que mais se destaca, na relação dialética, presente no convívio social da esfera educacional está ligada as questões referentes a inclusão e exclusão, as quais dão vozes as formas de preconceitos e violências dentro do processo das relações interpessoais, reforçando assim, as inclusões e exclusões que acontecem por meio das situações, grupos e espaços. Por isso, é extremamente importante estar vigilante nas circunstâncias apresentadas nos contextos escolares pela juventude, já que segundo Salles & Silva (2008, p. 155-156) é nesses espaços que os adolescentes “são reduzidos a estereótipos que são construídos em relação a ele e que podem promover conflitos entre estes e o mundo adulto, no caso direção, professores e funcionários da escola, bem como entre os próprios jovens”. Quando identificados de forma pejorativa dentro das esferas social e educacional, o jovem praticamente não consegue eliminar o preconceito a qual se vê submetido, atrapalhando assim todo um processo de delegação de novos sentidos em suas relações e consigo mesmo. Contudo, dentro das relações interpessoais há as características da vida cotidiana, as quais podem conduzir a padrões rígidos de interação, para Salles & Silva (2008):

A sociedade categoriza pessoas em função, dentre outros aspectos, do que considera comum e natural para um grupo social, uma faixa etária ou um status social. As concepções que construímos sobre um grupo de pessoas são transformadas em expectativas e normas de comportamento e esperamos que elas ajam de acordo com elas (SALLES & SILVA, 2008, p. 155-156).

Então, a constituição do preconceito tem sua base fundamentada nas relações estabelecidas por cada pessoa, cuja permeação é definida por uma história cultural e social, enquanto que a manifestação do mesmo é extremamente individual. Segundo Crochik (2006, p. 13), embora o preconceito “seja um fenômeno também psicológico, aquilo que leva um indivíduo a ser ou não ser preconceituoso pode ser encontrado no

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – atab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br



seu processo de socialização, no qual se transforma e se forma como indivíduo”. Isso faz reforçar a extrema importância que se tem em compreender os movimentos de construção simbólica efetivo, já que esses servem como referências para configuração e confirmação daquilo que a sociedade prega como estranho e anormal, imoral e patológico, entre os diversos parâmetros que classificam a normalidade e a anormalidade. Uma forma de se criar uma “institucionalização invisível” está no processo de estigmatização diferenciada dentro do contexto escolar, cujo aluno fica aprisionado no lugar daquele que apresenta incapacidade na aprendizagem, já que esse é doente, ou seja, são estigmas que se dão pela pertença social, pela cor da pele, pela deficiência, pela impossibilidade do enquadramento às normas que diferem da normatividade aprendida/vivida (Moysés, 2001). Para Charlot (2000), ao discutir a necessária relação entre aprender e tornar-se humano, esse afirma que, além da aquisição de conteúdos intelectuais, é imprescindível que o sujeito domine algumas atividades e alguns dispositivos relacionais. Nessa perspectiva, observa-se o jeito de se relacionar é aprendido e que essa aprendizagem é evidenciada dentro dos contextos de interações. Segundo Charlot (2000), estar incluído em determinadas relações proporciona aprender:

[...] a ser solidário, desconfiado, responsável, paciente [...] em suma, a 'entender as pessoas', 'conhecer a vida', saber quem se é. Significa, então, entrar em um dispositivo relacional, apropriar-se de uma forma intersubjetiva, garantir um certo controle de seu desenvolvimento pessoal, construir de maneira reflexiva uma imagem de si mesmo (CHARLOT, 2000, p.70).

Assim, quando a pessoa se exclui ou está excluída de certas relações, essa passa a promover vivências que são influentes no jeito de se relacionar com o mundo, com o outro e consigo mesma. Segundo Aquino (1998):

[...] a escola é o lugar não só de acolhimento das diferenças humanas e sociais encarnadas na diversidade de sua clientela, mas fundamentalmente o lugar a partir do qual se engendram novas diferenças, se instauram novas demandas, se criam novas apreensões acerca do mundo já conhecido (AQUINO, 1998, p. 138).

Desse modo, para que haja uma fundamentação importante nos estudos interligados aos jovens de ensino médio com os preconceitos é preciso, principalmente, compreender as identidades constituídas nos espaços educacionais, pois, como declara

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – atab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br



Charlot (2000, p.72), “em princípio, existem muitas maneiras de 'tornar-se alguém' [...], mas a sociedade moderna tende a impor a figura do saber-objeto (do sucesso escolar) como sendo uma passagem obrigatória, para se ter o direito de ser 'alguém’”.

METODOLOGIA

Para obtenção dos dados foi elaborado um questionário virtual através da plataforma Google Forms, o qual foi respondido por 9 alunos (convidados) que possuem faixa etária entre 15 e 18 anos, dos quais 3 são alunos do primeiro ano do ensino médio, 3 são alunos do segundo ano do ensino médio e 3 são alunos do terceiro ano do ensino médio, porém, todos são pertencentes a uma mesma escola da rede da Secretária de Educação do Estado de São Paulo. Por meio do aplicativo WhatsApp o pesquisador que também é professor nessa unidade escolar, conversou com a gestão da escola, explicando o objetivo dessa pesquisa. Em seguida, para manter o anonimato dos alunos o diretor da escola encaminhou a nove alunos selecionados um “cartão digital convite”, o qual continha as explicações sobre a pesquisa que seria desenvolvida, junto a esse convite foi enviado o link de acesso a pesquisa. Contudo, devido à situação pandêmica do COVID-19, o próprio questionário já trazia embutido em sua estrutura o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por meio do qual o próprio aluno autorizava a sua participação na pesquisa. Todos esses procedimentos ocorreram conforme as normas do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - Res. 196/96.

As questões elaboradas sobre o tema e enviadas aos alunos, apresentavam o seguinte conteúdo: “1°. O que você entende por preconceito?”; “2°. Você já presenciou alguém ser excluído dentro do contexto escolar?”; “3°. Qual a sua reação, sensação ou pensamento perante uma situação de preconceito?”; “4°. Dentro da esfera escolar você já foi tratado de forma diferente?”; 5° Você já sentiu ou demonstrou preconceito por alguém dentro da escola?”; “6°. Dentro da sala de aula é realizado algum tipo de trabalho relacionado a preconceitos ou a diversidade humana?”. Após o recebimento dos nove questionários respondidos, o pesquisador separou as respostas por perguntas, montando assim seis grupos referentes a cada uma das perguntas, para assim, analisar de forma ampla todo o conteúdo do material coletado. Como referencial teórico-metodológico utilizou-se o procedimento relacionado a metodologia da psicologia

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – atab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br



sócio-histórica, a qual se fundamenta no materialismo histórico dialético, ou seja, é uma metodologia que analisa o preconceito arraigado nas histórias de vida de cada indivíduo, como através das marcas reproduzidas pelo ambiente histórico, social e cultural no qual estão inseridos.

Segundo o apontamento de Aguiar (2006, p. 11), “concordamos com Vygotsky, quando afirma que não existe método alheio a uma concepção de realidade, de relação homem-mundo”. Desse modo, essa pesquisa tem por finalidade compreender como o homem se constitui socialmente, através das próprias relações sociais, as quais utiliza para transformar o mundo e a si próprio. Dentro do processo de análise dos dados coletados foram elaborados eixos de significação por intermédio das respostas enviadas, as quais serviram como base para interpretação do significado daquilo que foi respondido, como esse significado foi estruturado e quais os sentimentos que envolvem essa significação. Já que, para Aguiar (2006, p. 20), os eixos de significação “têm como critério a articulação de conteúdos semelhantes, complementares ou contraditórios, (...) devem expressar pontos centrais e fundamentais que trazem implicações para o sujeito que o envolvam emocionalmente”. Assim, para iniciar a análise dos questionários é preciso observar toda uma conjuntura que lhes remete significado, a qual passa considerar desde as respostas encaminhadas até as condições histórico-sociais que os compreendem, para assim, entender como são significados e sentidos as situações de preconceito pelos diferentes sujeitos na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das respostas enviadas pelos alunos, foram analisados três eixos norteadores:

1º. Preconceito: tipos e significados

Os alunos apontaram em suas respostas diversos tipos de preconceitos, obtendo assim o seguinte resultado: homossexualidade – citada por 7 alunos; religião – citado por 6 alunos; questão racial – citada por 5 alunos; deficiências – citada por 3 alunos; características físicas – citada por 3 alunos. Entre as respostas analisadas é plausível a percepção de duas formas distintas de caracterizar a significação atribuída às situações

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – atab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br



que envolvem o termo preconceito: julgar e depreciar. Sendo assim, cinco alunos retrataram o preconceito como uma forma de julgar o outro: *“As pessoas julgam as outras sem ter conhecimento delas”* ou *“Pra mim preconceito é uma pessoa tirar conclusão precipitada”*. Os quatro alunos restantes classificaram o preconceito como uma forma de depreciar o outro: *“é quando uma pessoa deprecia o talento da outra”*.

Dessa forma, fica evidentemente claro a diferença significativa existente entre as duas formas compreendidas sobre a palavra preconceito. No primeiro caso, o preconceito está relacionado a um julgamento prévio, sem base e sem reflexão podendo ser contraditado quando uma situação coloca à prova determinado pré-conceito. Já no segundo caso o preconceito está relacionado a uma atitude de inferiorizar, colocando aquele que pratica o preconceito numa situação de supervalorização em relação aquele que sofre, ou seja, ocorre uma rigidez nas relações, a qual se torna um fator preocupante quando aplicado nas diferentes relações de convivência que perfazem o contexto escolar. Segundo destaca Archangelo (2005, p. 118), *“o preconceito é o conforto da razão, pois ela não enfrenta os conflitos, não é impulsionada a rever julgamentos e posturas já realizadas, não é, portanto, checada a partir das evidências da realidade”*.

2º. Demonstrações de preconceito e sentimentos

Na maioria das vezes, a demonstração de preconceito é totalmente implícita, principalmente na esfera educacional, a qual se faz presente de maneira dissimulada. Segundo Itani (1998), estas expressões podem acontecer em forma de gestos, risos ou sarcasmos. Segundo a própria fala dos alunos: *“Os alunos não respeitam e argumentam que é “zuera” e não conseguem enxergar o que isso faz com as pessoas”* ou *“Comentários ruins são feitos em rodas de amigos, caçoando, falando mal, inventando apelidos e falando direta ou indiretamente a pessoa”*. As manifestações de preconceito foram caracterizadas pelo apontamento dos seguintes sentimentos: raiva, impotência, nojo, culpa, pena, insatisfação, sensação de inferioridade e desprezo. Assim, quando se pensa no método de nomeação dos sentimentos, esse se faz vinculado ao processo de significação das próprias vivências afetivas das relações com as outras pessoas. Para Oliveira & Rego (2003):

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – atab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br



(...) a gênese da vida afetiva social é mediada pelos significados construídos no contexto cultural em que o sujeito se insere. Tais postulados autorizam que se refutem quaisquer hipóteses que relacionem traços emocionais do sujeito a fatores inatos (...) já que eles estão em processo de permanente configuração mediados pelos significados e situações sociais (OLIVEIRA & REGO, 2003, p. 23).

Levando em consideração que as diversas formas de relacionamento, de afeto e de cognição são fatores que se aprende, então, fica a cargo das diferentes instâncias educativas (família, escola, etc.) desenvolver debates e ações que possibilitem interações baseadas em valores menos excludentes.

3º. Ação de inclusão e/ou exclusão na escola: sobre a ótica dos adolescentes

Na contemporaneidade, a escola é a esfera que possui a maior representação da diversidade em sua composição, no entanto, essa instituição apresenta concomitantemente a responsabilidade em desenvolver a socialização de valores favoráveis reconhecimento e respeito às diferenças presentes em uma sociedade, como também reproduz os princípios, estereótipos, crenças e significados que determinam e retratam os padrões de normalidade, os quais definem os parâmetros de exclusão das relações sociais. Aquino (1998) afirma que a escola sempre foi considerada uma instituição de seleção e diferenciação social, sendo assim não se pode negar a seletividade que está presente na prática institucional escolar e, por vezes, de caráter elitista. Dessa forma, as ações de exclusão que ocorrem frequentemente no cotidiano brasileiro são as responsáveis por reforçar a vivência do preconceito. Assim, ao analisar as respostas dos alunos em relação a ter presenciado situações de exclusão no contexto escolar, todos foram unânimes em suas colocações, dizendo que sim. Como evidenciam algumas falas: *“Infelizmente passei por isso na escola, uma professora não era a favor dos homossexuais e sempre direcionava esse problema nas notas dos alunos que se identificavam como gays ou lésbicas”* ou *“A escola não fez nada, apenas conversou com a vítima e o agressor, obrigando o agressor a pedir desculpas, porém o mesmo continuou tudo novamente”*.

Dentro do contexto escolar existem inúmeras formas de ocorrer a exclusão de um aluno, já que essas podem se manifestar de diversas maneiras e/ou situações. Uma das formas mais corriqueiras, na qual é observada a exclusão dentro da sala de aula, está

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – atab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br



ligada aos diferentes ritmos de aprendizagem, como no caso dos alunos que apresentam uma aprendizagem que não condiz com a estabelecida como normal, principalmente por parte dos professores. Isso ocorre, pois, as sociedades selecionam os grupos de pessoas que detêm características depreciativas ou aceitáveis. Segundo Goffman (1982), essas características são determinadas pela conjuntura cultural e histórica na qual determinada sociedade se desenvolveu, portanto, esse padrão de “normalidade” pode variar e aqueles que não correspondem a essa característica correm o risco de serem estigmatizados. Para Gentili (2001), ao discutir os parâmetros sociais de normalidade, aponta que, enquanto a “anormalidade” torna os acontecimentos visíveis, a “normalidade” costuma ter a faculdade de ocultá-los. Isso faz com que o dito “normal” se torna cotidiano.

Assim, se faz importante frisar que a identidade sexual e de gênero é um processo que está em construção podendo ser modificado e até mesmo instável, a qual através da perspectiva histórica se coloca em uma relação social contraditória e não finalizada, ou seja, a sexualidade quando entendida e assimilada a um processo ininterrupto de construção e desconstrução, não reduz o discurso a uma normalização, cujas figuras se apresentam de forma natural e imutável. Sabat (2004, p. 97) aponta que: “A normalização de algumas identidades, como a identidade heterossexual, tem como efeito a sua naturalização, jogando para o campo das anormalidades outras identidades que se constituem de formas diferentes das hegemônicas”. As ações de exclusão e/ou inclusão na esfera escolar apresentam incoerência, inflexibilidade nos relacionamentos e nos conceitos, rotulações, preocupação e descaso. Assim, analisar as respostas enviadas pelos estudantes, estas dão algumas dicas de como a escola deva proceder na desmistificação dos preconceitos, já que essa é parte fundamental no desenvolvimento social. Portanto, a maneira como é conduzido o tema do preconceito dentro da sala de aula, é que se torna um processo extremamente importante e significativo, já que através desse pode ocorrer a desmistificação de estereótipos e oportunizar o entendimento relacionado à construção social do estigma e do preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve por finalidade entender o quão importante as ações de inclusão e/ou exclusão social dos adolescentes são significativas, principalmente na esfera educacional. As respostas enviadas demonstraram que identificar os próprios

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – atab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br



sentimentos quando esses estão relacionados as vivências de preconceito, é algo que, na maioria dos casos, estimula os alunos a uma ação de afastamento ou aproximação. Uma outra situação analisada e concluída está relacionada à esfera educacional, a qual deve oportunizar momentos, para se desenvolver cada vez mais, debates sobre a questão do preconceito, seus diversos tipos, suas origens e suas consequências. Já que esse é tido como uma construção social, ou seja, carrega uma história, além de ser forjado cotidianamente tanto de forma individual quanto coletiva. Sendo assim, as respostas dadas pelos alunos demonstram que o preconceito pode ser manifestado de diferentes formas e nas mais variadas situações.

Para os alunos, a sala de aula, ainda é vista como um espaço reprodutor de estereótipos, ou seja, é extremamente importante que haja debates e reflexões sobre o tema preconceito. Contudo, o que se tem visto, são intervenções que contribuem para a produção de estigmas, principalmente por parte dos professores, que agem de forma contraditória sobre àqueles que se identificam como desviantes em relação as normas sociais construídas, ou seja, é uma reafirmação dos padrões de comportamentos estabelecidos sobre sexualidade, inteligência, moral, etc. Assim, ao pensar as diferenças, essas configuram a natureza humana, porém, são construídas de maneira social. Dessa forma, a escola como instituição social e democrática do conhecimento, deve elaborar atividades que tenha foco nas diferenças humanas, nas quais os alunos passarão a ter voz ativa, pois a desconstrução de ideias preconceituosas e a descontextualização das ações, conceitos e sentimentos estão ligados ao processo de narrativa da experiência. O que possibilita uma ampliação no formato de olhar, entender e abordar as diferenças, por intermédio das (re)significações em relação aos conhecimentos construídos.

REFERÊNCIAS

Aguiar, W. M. J. (org.). (2006). *Sentidos e significados do professor na perspectiva sócio-histórica: relatos de pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Aquino, J. G. (1998). Ética na escola: a diferença que faz diferença. Em J. G. Aquino (Coord.), *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas* (pp. 135-151). São Paulo: Summus.

Archangelo, A. (2005). Preconceito, práticas escolares e a dinâmica da instituição. Em R. M. C. Libório & D. J. Silva (Orgs.), *Valores, Preconceitos e Práticas Educativas* (pp. 115-124). São Paulo: Casa do Psicólogo.

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – atab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br



Baptista, C. R. (2009). Educar e incluir: introduzindo diálogos. Em C. R. Baptista (Org.), *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas* (pp. 7-16). Porto Alegre: Editora Mediação.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

Charlot, B. (2000). *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Editora Artmed.

Crochik, J. L. (2006). *Preconceito, indivíduo e cultura* (3a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Gentili, P. (2001). Escola e cidadania em uma era de desencanto. Em S. Silva & M. Vizim (Orgs.), *Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados* (pp. 41-55). Campinas, SP: Mercado de Letras.

Goffman, E. (1982). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.

Itani, A. (1998). Vivendo o preconceito em sala de aula. Em J. G. Aquino (Coord.), *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas* (pp. 119-134). São Paulo: Summus.

Larrosa, J., & Skliar, C. (2001). Babilônios somos. A modo de apresentação. Em J. Larrosa & C. Skliar (Org.), *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença* (pp. 7-30). Belo Horizonte: Autêntica.

Moysés, M. A. A. (2001). *A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

Oliveira, M. K., & Rego, T. C. (2003). Vygotsky e as relações entre cognição e afeto. Em V. A. Arantes, *Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas* (pp. 13-34). São Paulo: Summus.

Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. Em S. H. Koller (Org.), *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 16-24). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.

Sabat, R. (2004). Só as quietinhas vão casar. Em D. Meyer & R. Soares, *Corpo, gênero e sexualidade* (pp. 95-106). Porto Alegre: Mediação.

Salles, L. M. F., & Silva, J. M. A. P. E. (2008). **Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões**. *Cadernos de Educação*, 1(30), 149-166.

Vygotsky, L. S. (1993). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

¹ Professor Da Educação Básica II – SP – atab@prof.educacao.sp.gov.br

² Professor Da Educação Básica II – SP – priscilasilva@prof.educacao.sp.gov.br